



**Texto para Discussão S-240 | 1990**

***Discussion Paper S-240 | 1990***

# **Cenários políticos brasileiros para a década de noventa**

**Agosto, 1990**

**José Luís Fiori**

*Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro*

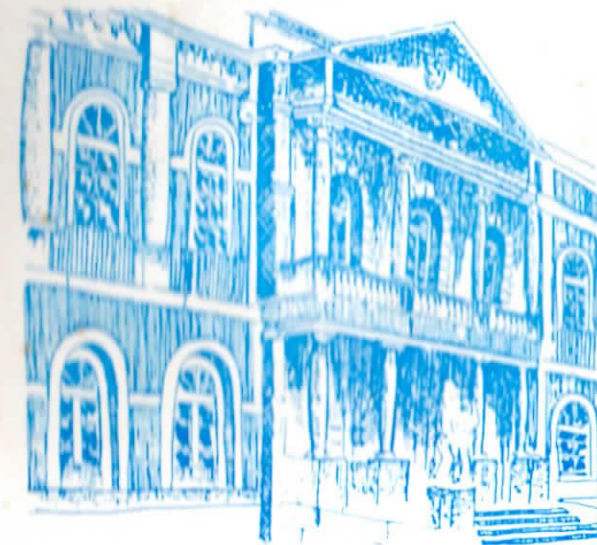
This paper can be downloaded without charge from

<http://www.ie.ufrj.br/index.php/publicacoes/textos-para-discussao#até-2000>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 240

CENÁRIOS POLÍTICOS BRASILEIROS  
PARA A DÉCADA DE NOVENTA

José Luís Fiori

Agosto/1990

IMPRESSO NO IEI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

CENÁRIOS POLÍTICOS BRASILEIROS PARA A DÉCADA DE NOVENTA\*

José Luis Fiori  
Agosto/1990

(\*) Este trabalho faz parte de um relatório de pesquisa realizada pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, coordenada pelo Prof. Wilson Cano. Reúne e organiza algumas idéias que expusemos no **brain storm** organizado pelo mesmo Instituto, no dia 19 de abril de 1990, incorporando as opiniões expostas pelos participantes, sobretudo as dos Professores Luciano Coutinho, Aloisio Teixeira e Wilson Cano, na ordem de suas intervenções.

**anpec**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE  
EMPRESAS DE  
COMÉRCIO DE BENS DE CONSUMO  
EM ATACADO

ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO  
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC  
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE  
**PNPE**  
DE BOMAS ECONOMICAS

#### FICHA CATALOGRÁFICA

FIORI, José Luís

Cenários políticos brasileiros para a década de noventa/José Luís Fiori. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.

36p.; 21 cm. - (Texto para Discussão. IEI/UFRJ; nº 240).

"Parte de Rel. de Pesq. realizada pelo IE/UHCAMP, coordenado por Wilson Cano em 1990).

1. Estado - Política e Governo, 1980-90. 2. Plano Brasil Novo, 1990. 3. Parlamentarismo. 4. Brasil - Política Econômica, 1990. I. Título. II. Série.

#### I - INTRODUÇÃO

O conhecimento das dificuldades que fizeram da Meteorologia o paradigma da epistemologia do caos desobriga maiores considerações sobre a impotência preditiva da Ciência Política. Assim mesmo, se a "irracionalidade" da paixão e da fantasia é que obscurece os esforços mais rigorosos de predictibilidade das ciências humanas, é na política que ela alcança sua máxima eficácia social, atuando de forma imprevisível no encaminhamento dos conflitos de poder que, por isto, percorrem uma trajetória eivada de indeterminações. Dificuldade que se agudiza quando as leis vigentes ainda não têm solidez histórica, os contratos são postos em questão e os atores são pouco organizados e apresentam comportamentos erráticos. Num quadro como este as expectativas se esfacelam deixando o presente sem uma imagem ativa do futuro, imagem indispensável ao enquadramento da incerteza e à antecipação da trajetória.

Apesar disto, a previsão, ainda quando redondamente equivocada, é parte indispensável de qualquer ação política. Diríamos mais, nela o erro só se manifesta através da própria ação. É a ação que falsifica a previsão e neste sentido, a previsão errada é, apesar disto, eficaz, na medida em que só sua afirmação ativa é capaz de gerar sua negação. Afinal, o caos tem lógica, apesar de não a conhecermos, e a lógica aparentemente caótica da ação política supõe previsões cujo erro se desvela na medida em que contribui para a vitória histórica de sua negação. Só por isto, dispomo-nos a errar, pensando sobre algumas trajetórias políticas possíveis na década de noventa da sociedade brasileira.

O final do Governo Sarney e do que se convencionou chamar de Nova República, deve ser consagrado pela História como o momento de máxima indeterminação econômica e política vivida pela sociedade brasileira. Com sua autoridade erodida pela falta crescente de legitimidade, e enfrentando a uma sociedade carente de consensos e hegemônias, e uma economia destruída pela falência hiperinflacionária de sua moeda, a Nova República destruiu todos os parâmetros da ação coletiva. Mas tratava-se de um contexto onde, paradoxalmente, uma alta instabilidade permitia uma enorme previsibilidade. Em todas as dimensões, todos os vetores aponta-

vam para um mesmo fim ou cenário: a insustentabilidade da situação política e econômica; e a inevitabilidade de uma mudança radical de rumo. Neste quadro, as eleições presidenciais serviram como válvula de escape. Todos os candidatos reconheciam a profundidade da crise e a inevitabilidade da mudança.

A eleição pelo voto direto e a posse de um novo Presidente da República, segundo regras definidas pela nova Constituição, representaram, por si, uma profunda ruptura com 30 anos de autoritarismo, anunciando, na primeira hora da década, uma nova realidade. Consagrou-se ali, através do voto majoritário da população, a vitória de um Presidente que apesar de representar a direita política propunha uma reformulação profunda da sociedade brasileira. Nesta direção, magnificou-se na primeira hora do Governo Collor o seu Plano de Estabilização e Reforma econômica; manifestação de uma vontade rupturista e anúncio de uma estratégia reformista que passou a ocupar o epicentro da vida econômica e política da sociedade brasileira.

No momento em que escrevemos essas linhas, o grau de incerteza ainda é enorme, o "pulo" está no ar, e a previsibilidade por isso é baixa. Mas a partir de agora, também, qualquer reflexão sobre os caminhos do futuro deve partir pela análise das perspectivas do Plano. Sua extensão e radicalidade "queimou pontes" como disse alguém. Retroceder não é impossível. Mas seu custo será alto e deve gerar uma instabilização institucional, e, quando não, atingir em cheio um governo que apostou sua sorte, logo na primeira hora e pesadamente, na erradicação da inflação.

Isto sem desconhecer que a outra matriz dos conflitos projetáveis aninha-se na nova Constituição e na possibilidade de sua imediata reformulação, em 1993.

Vivemos hoje, portanto, um momento de ruptura econômica e política depois de longas décadas de crescimento econômico continuado acompanhado de instabilidade política e/ou de regimes autoritários, seguidas por uma década de crise econômica e "transição democrática". Nesta hora de ruptura, ao caos contrapõe-se uma vontade política que, legitimada pelo voto e sustentada em amplo apoio de opinião pública, propõe uma transformação radical da sociedade e da economia brasileira, iniciada por um duríssimo plano

de estabilização econômica. Um momento de alta densidade política. O voto e a vontade, ainda que desorganizada, enfrentam compromissos e estruturas sócio-econômicas e políticas profundamente enraizados na nossa sociedade, propondo uma verdadeira revolução cultural capitalista atingindo comportamentos e instituições, a começar pela reforma monetária e do papel do Estado na economia e acabar na mudança neo-liberal do próprio padrão de desenvolvimento seguido naquelas longas décadas de sucesso econômico e insucesso social e político. Como nunca, por isto, nesta hora e nos primeiros anos desta década pelo menos, as trajetórias políticas estarão condicionadas pelos destinos deste novo projeto político de reforma econômica e vice-versa.

Mas, por outro lado, a condensação da politicidade do momento em poucas vontades inorgânicas, ainda quando vitoriosas, abre um leque de indeterminação excessivo por envolver um número incerto de comportamentos de agentes econômicos e atores sociais que se mantêm expectantes ou defensivos. Por isto, pensar a década a partir desta conjuntura de ruptura e afirmação da vontade política exige que relembremos brevemente o que antecedeu esta ruptura e o que propõe, efetivamente, a vontade reformuladora.

## II - OS ANTECEDENTES

Para nós, a distância que separa Sarney de Collor pode estar separando também dois padrões estruturalmente diferentes de desenvolvimento econômico e de organização do Estado e da política brasileira. Pelo menos, uma nova Constituição e um projeto radical de reforma da economia e do Estado estão, hoje, anunciando essa possibilidade.

Já expusemos em outro lugar<sup>(1)</sup>, nosso ponto de vista sobre a natureza da crise dos anos oitenta e sobre a natureza ambígua de nossa transição democrática "sem ruptura" mas contemporânea de um colapso financeiro do Estado. Em rápidas linhas: um padrão de desenvolvimento industrial pactado e desenhado na década de trinta alcança sua plena realização a partir dos cinquenta, alavancado por um Estado desenvolvimentista e fragilizado por sua forma de financiamento, baseada na associação do crédito e inves

timento político com um capital nacional frágil e hiperprotegido<sup>(2)</sup> com um capital internacional que se beneficiou em todo o momento, das mesmas proteções do capital nacional. Um padrão que jamais logrou um processo acabado de monopolização e acabou enfrentando um conflito distributivo, cada vez mais acirrado, entre o Estado e os interesses empresariais extremamente heterogêneos; e entre regiões e populações cada vez mais distanciadas por uma distribuição extremamente regressiva de renda. Um padrão que, por fim, apresentou uma "afinidade eletiva" indiscutível com comportamentos e governos autoritários incapazes, apesar de sua força, de impedir a balcanização do poder do Estado, e o agigantamento incoerente da sua máquina até o limite da imanejabilidade. Mas sobretudo incapaz de "organizar" a expansão do capitalismo brasileiro, que avançou através de saltos ou surtos de crescimento feitos através das linhas de menor resistência, e orientada pela pauta das importações passadas.

Nos anos oitenta, este padrão alcança o limite de sua potencialidade na forma de uma crise financeira do Estado que desolidariza seu tripé de sustentação. Sua dívida externa congela a entrada de novos capitais estrangeiros e sua dívida interna joga o empresariado nacional contra si. Crise que tira do Estado o controle da moeda acirrando conflitos que o levam, no final da década, à mais completa paralisia.

As crises cíclicas do padrão e sua progressiva entropia não impediram a construção de uma organização industrial relativamente integrada e moderna que realizou a agenda industrializante do pós II Guerra Mundial. Mas na crise dos anos oitenta o Estado já não teve mais espaços de manobra, a inflação perdeu todas as suas estranhas virtudes financiadoras e o protecionismo orientado apenas pela pauta de importações perdeu eficácia. Avançar pelas linhas de menor resistência já não foi possível.

Neste contexto desenvolve-se na mesma década de oitenta o processo político-institucional da abertura política tutelada e depois de transição real para a democracia. Criam-se ou recriam-se Partidos e Sindicatos e põe-se em movimento a competição eleitoral incorporando aproximadamente oitenta milhões de brasileiros. Já na segunda metade da década, uma nova Constituição é escrita e

promulgada sob o fogo cruzado que se alimentava da crise econômica e da crise do Estado, o que acaba submetendo o processo constituinte, muitas vezes, a pressões e opções circunstanciais que prejudicavam em parte sua necessária universalidade.

Assim mesmo e apesar de todas as dificuldades, foi possível chegar às eleições presidenciais diretas e dar posse, no exato início da década, a um novo Presidente da República. Qualquer que tivesse sido o vitorioso, se está certa nossa hipótese, teria que enfrentar a crise e suas manifestações e dificuldades mais imediatas postas pela ameaça de uma hiperinflação. Ganhou o candidato de direita conservador e que propôs de imediato um plano de estabilização da moeda e de transformação ou modernização completa do Estado e da economia brasileira. O conhecido Plano Collor. Plano que, independente da divergência de alguns membros da burocracia econômica, propõe a superação radical do "padrão de desenvolvimentista" que descrevemos, vigente desde os anos trinta, através de um ataque generalizado ao patrimonialismo cartorial e populista, e da desmontagem acelerada dos instrumentos da ação desenvolvimentista do Estado.

Não é provável que este projeto se realize em todas as suas dimensões. A força econômica e política dos atores envolvidos e o peso das estruturas e comportamentos solidamente constituídos se não bloquearem completamente a passagem das novas idéias, pelo menos deverão obrigá-las a negociações e soluções de tipo intermediário. Mas, sem discutir a viabilidade histórica de desmontar um padrão tão fortemente protegido e desorganizado de crescimento, não cabe dúvidas, neste momento que o projeto neoliberal do governo pretende valer o sonho de um Estado minimalizado até o limite de suas funções clássicas ligadas à segurança pública, educação e saúde; e de um Mercado maximizado até o limite, se for necessário, de uma internacionalização generalizada da economia brasileira.

Na nossa perspectiva, portanto, a Sarney tocou-lhe gerir, usando todo o arsenal político concebido por nossas velhas elites, o último momento, a sobrevida de um modelo de desenvolvimento que nos trouxe a era industrial junto como uma sociedade extremamente desigual e uma institucionalidade política profundamente autoritária

ria. No esgotamento deste padrão e no rápido esquecimento de Sarney, balizam a nova década e - talvez - uma nova era, a Constituição promulgada em 1988 e o projeto neoliberal do governo recém eleito. Se esta hipótese é correta, nem uma nem outra aparecem como "raio em céu azul". Adquirem sentido como resposta a um desafio impostergável; tentam recompor a lei e a ordem e transformar uma angústia coletiva em vontade de transformação. Mais do que fenômenos conjunturais, se forem eficazes, estarão projetando um novo Estado e uma nova economia para a sociedade brasileira.

Acreditamos por isso que toda e qualquer previsão sobre a década deve começar por uma análise do potencial inovador e conflitivo destas duas matrizes. Talvez seu alento não chegue ao ano dois mil. Mas nada do que aconteça naquele ano poderá ser estranho ao que a sociedade brasileira passou a viver a partir de outubro de 1988 e, sobretudo, a partir de março de 1990.

### III - A SOMBRA CONSTITUCIONAL

A nova Constituição impõe, de imediato, uma arena de conflito envolvendo atores e interesses de toda ordem. Serão os conflitos gerados pela legislação complementar responsável pela transformação das normas aprovadas em direito reconhecidos e executáveis. Sobre o Congresso debruçar-se-ão grupos, regiões, corporações, religiões, etc., pressionando os partidos e parlamentares em torno a cada um dos capítulos da nova Constituição.

Dois fatos, entretanto, em nosso entender, poderão diluir ou acirrar os enfrentamentos fundamentais em torno ao novo desenho da ordem social política e econômica e sobretudo em torno ao novo papel e formato do Estado. O primeiro tem a ver com uma decisão da própria constituinte: o estabelecimento de maioria simples para modificar, em 1993, a Constituição recentemente aprovada. E o segundo, com a convocação, para o mesmo ano, de um plebiscito em torno à forma de governo que vigorará a partir de então.

Teremos, portanto, daqui a dois anos, uma nova Constituinte que estará sendo eleita em outubro de 1990 e que poderá jogar por terra tudo o que foi promulgado em 1988. Mas se isto pode

aliviar a intensidade dos conflitos criando a expectativa de uma mudança geral de regras, este mesmo fato, por outro lado pode estabilizar as expectativas dos agentes econômicos e dos atores sócio-políticos. E isto terá efeitos desastrosos sobre a outra matriz que orienta esta nossa análise: a do plano de transformações econômicas. Ali, toda incerteza com relação a regras ou leis será absolutamente nefasta.

Mas mantenhamo-nos no plano da projeção conflitiva da nova Constituição. A regulamentação de três capítulos do novo estatuto constitucional pelo menos deverá gerar continuados conflitos e tensões até 1993: os relativos ao Sistema Eleitoral e à organização do Estado e da Economia.

Com relação ao primeiro, a razão é óbvia e profundamente instabilizadora. Se, como alguns afirmam, o insucesso econômico do Plano Collor apressar a adoção do Parlamentarismo, ou pelo menos adiantar o plebiscito e a imensa luta que ele envolverá, o capítulo constitucional ligado ao sistema eleitoral e partidário ficará suspenso até o resultado do veredito popular.

Com relação ao segundo e terceiro capítulos, da organização do Estado e da Ordem Econômica, eles estão na linha direta do plano governamental. A proposta neoliberal do novo presidente entra em choque com várias decisões protecionistas e estatizantes computadas no capítulo relativo à Ordem Econômica, as quais deveriam ser modificadas em 1993 caso tenha sucesso a estratégia presidencial. Em nosso entender o sucesso deve também conduzir, paradoxalmente, ao Parlamentarismo, introduzido nesse caso, como última etapa da desmontagem do Estado Desenvolvimentista.

Por isso, os resultados eleitorais e desempenho da estratégia econômica governamental serão os elementos decisivos para prever a trajetória dos conflitos e a forma que as instituições políticas e econômicas adquirirão nesta década.

### IV - O CALENDÁRIO ELEITORAL E O TEMPO POLÍTICO-ECONÔMICO

O Calendário eleitoral está definido: as eleições de outubro de 1990 e o Plebiscito de 1993 serão as disputas fundamentais, mas não podemos esquecer as eleições municipais de 1992, pe

lo seu caráter pré-plebiscitário, e, como é óbvio, as eleições de 1994. Resta, como fator de incerteza, a possibilidade de alteração da data do Plebiscito, e a consequente mudança de Governo em algum momento indeterminado do biênio crucial que será 1991/1992.

Sobre este cronograma, relativamente imutável, projeta-se a eficácia de uma vontade política de "modernização" sócio-econômica, cuja temporalidade é muito menos precisa. E isto, entre outras coisas, porque o tempo destas transformações depende das decisões governamentais tanto quanto da reação ou do comportamento dos agentes econômicos.

Por isso somos obrigados a utilizar no tratamento da política econômica e da temporalidade do projeto de reformas recortes temporais menos precisos. Chamaremos de:

- 1º) "prazo imediato", o período que se inicia em 16 de março de 1990, com o anúncio da política econômica do novo Governo, com posta por um plano de estabilização da moeda e por um conjunto de reformas institucionais, e termina com a tomada de posição do Congresso Nacional frente à iniciativa governamental;
- 2º) "curto prazo", o tempo ocupado por um complicado processo iterativo entre decisões governamentais e reações de mercado, em torno à determinação de preços e salários, juros e câmbio;
- 3º) "médio prazo", etapa que poderá iniciar-se no próprio "curto prazo", mas só terminará quando estiverem completas e aprovadas pelo Congresso Nacional as reformas através das quais o governo pretende efetivar a nova estratégia de crescimento nacional instalando um novo padrão assentado em mercados abertos e desregulados e na minimalização do papel econômico do Estado;
- 4º) "longo prazo", será um tempo cujo início dependerá completamente da velocidade e do grau de sucesso político das reformas, mas cuja marca estará dada pela retomada do crescimento com preços estáveis.

Mais detalhadamente:

- 1º) O "prazo imediato", que terminou com a aprovação pelo Congresso das iniciativas governamentais, foi um tempo eminentemente político, durante o qual os agentes econômicos estiveram pra-

ticamente paralisados pela sua liquidez e pela espera da decisão congressual. O conflito central passou pelas relações entre a burocracia econômica do governo e as diferentes bancadas partidárias no Congresso Nacional. A violência inicial do Plano de estabilização abafou ou postergou os conflitos entre os atores econômicos e o governo. As restrições e penalidades eram suficientemente extensas para impedir uma contestação economicamente ativa. Nesta fase, aliás, todos os planos econômicos de estabilização conhecidos, mesmo os heterodoxos, foram bem sucedidos ao interromper os surtos inflacionários.

- 2º) O "curto prazo", entretanto, envolve um processo mais complicado de decisões governamentais e comportamentos de mercado cujos limites temporais são muito menos precisos. Promovido o drástico enxugamento de liquidez do sistema financeiro e obtida a aprovação parlamentar, quase sem alterações, das medidas provisórias, iniciou-se um tempo cuja duração dependerá cada vez menos do comportamento do governo e cada vez mais dos agentes econômicos. O governo tentará a todo custo controlar a demanda através de uma política monetária restritiva, dos cortes fiscais e da contenção salarial. Mas terá pouco sucesso se encontrar uma resistência sindical muito grande e não tiver o apoio ativo de um empresariado disposto a evitar a recessão readequando sua produção às novas regras e mercados. Nesse caso se reativará o consumo e a fuga para os ativos de risco, o que produzirá uma imediata elevação do nível de preços. É um momento delicadíssimo, sobretudo a partir da anunciada liberação dos preços. Pode perfeitamente de-saguar no pior dos mundos: o da recessão com inflação.

Na ausência de um pacto ou de uma enorme coesão social, a complexíssima gerência do plano enfrentará, nesta etapa, um risco crescente. Sua possibilidade de errar mantém-se ou aumenta na mesma medida em que sua capacidade de gerar comportamentos positivos diminui. O que, em outras palavras quer dizer que o sucesso do plano fica cada vez mais dependente da decisão empresarial sobre a produção e investimento e da resistência dos trabalhadores públicos e privados aos cortes de empregos e/ou salário. O ataque ético ao comportamento "especulativo" ou



"cartorial" dos empresários pode conseguir aplausos da classe média ou dos intelectuais, mas dificilmente gerarão investimentos ou entrada de novos capitais. Na verdade, conhecidas práticas de sonegação e proteção cartorial e especulação são da razão lugar a um novo e ousado empresariado schumpeteriano, caso o governo logre promover nesta país algo próximo a uma revolução cultural capitalista.

Por várias razões, de ordem psico-social mais do que econômicas, costuma-se dar cem dias de duração a este "curto prazo".

- 39) O "médio prazo" de um plano econômico como do Governo Collor, que se propõe além da estabilização da moeda, a redefinição da estratégia de crescimento nacional, coincidirá com o tempo das reformas institucionais mas que são condições sine qua non de um novo padrão de desenvolvimento.

Se o comportamento dos agentes econômicos é decisivo durante a segunda etapa, para que se prolongue a eficácia das medidas anti-inflacionárias e reduza-se seu efeito recessivo — a iniciativa no "médio prazo" retorna às mãos da autoridade econômica. Ela estará bloqueada, entretanto, se não contar com o apoio político suficiente no Congresso Nacional.

Se a economia brasileira enfrentou no passado várias crises de estabilização, nenhuma delas, entretanto, teve a profundidade da atual nem pôs em questão os fundamentos da própria estratégia que vinha comandando o seu desenvolvimento. Por isso, o "médio prazo" da política econômica do governo Collor tem uma dimensão eminentemente política na medida em que envolve um conjunto de reformas de cujo perfil dependerá o papel que se atribua ao Estado e aos capitais nacional e estrangeiro no futuro do capitalismo brasileiro. Estas reformas dependem do sucesso do programa de estabilização, mas não decorrem dele automaticamente. Exigem uma força política e um consenso empresarial de que ainda não dispõe o Presidente Collor.

Esse "tempo" das reformas dificilmente durará menos do que dois anos. Neste período deverão ser equacionadas legalmente, aprovadas politicamente e viabilizadas economicamente as reformas fiscal, administrativa e patrimonial do setor público além da desregulação e desproteção do setor privado ao compa

so de um acerto no pagamento da dívida externa e de uma provável liberação do câmbio e das importações. Mas além disso se deverá refazer a institucionalidade financeira adequando-a ao que venha a ser o novo padrão de crescimento.

Sem estas reformas a estabilização pode desandar rumo a uma depressão profunda ou a uma volta atrás que poderá trazer efêmera recuperação das atividades produtivas descambando logo em seguida na hiperinflação. A decisão governamental é de implementá-las. Elas constituem o núcleo central da estratégia modernizante. Mas paradoxalmente é até o momento, o ângulo mais nítido do projeto neoliberal em curso. Aqui é onde se adensarão as resistências silenciosas mas tenazes dos interesses constituídos. Resistências aninhadas no próprio travejamento estrutural do capitalismo brasileiro. Resistências, por fim, da burocracia pública e de amplos setores que se opõem por razões ideológicas ou utilitárias a uma abertura radical da economia brasileira e sua consequente submissão às forças produtivas, mercantis e financeiras que reorganizam hoje a economia internacional.

Talvez não seja simplismo excessivo prever que nesta etapa se enfrentarão duas visões opostas para o capitalismo brasileiro: a neoliberal, do governo, e a de um capitalismo organizado. Esta última defendendo uma estratégia de produção e distribuição pactada entre o estado e os principais agentes econômicos.

- 40) Dependem completamente da natureza, velocidade e sucesso destas reformas, a hora e o perfil de um "longo prazo" em que deverá estar acontecendo a retomada do crescimento com preços relativamente estáveis, segundo os gestores do projeto econômico em curso. Segundo estes, uma nova estrutura financeira e bancária combinada com um Estado fortalecido e minimalizado seriam o suporte interno por onde fluiriam os capitais internacionais atraídos por uma economia aberta e um mercado dinâmico. Neste tempo longo desloca-se para o comportamento destes capitais a condição econômica essencial do sucesso. A direção, o tempo e a intensidade desta retomada do crescimento dependerá completamente das etapas anteriores. Não é necessário que a retomada do desenvolvimento brasileiro ocorra em uma

velocidade tão lenta como a espanhola ou chilena, por exemplo. Mas tampouco é provável que ela conte com as mesmas condições internacionais favoráveis que acabaram alavancando o crescimento espanhol e chileno. De tal maneira, é possível antever algumas grandes alternativas de crescimento que envolverão maior ou menor custos sociais e políticos. Por um lado está a possibilidade de um crescimento com ativa orientação exportadora, que promova de forma mais ou menos rápida uma incorporação massiva da população ativa aos mercados de trabalho e consumo, gerando uma economia de consumo de massas. Por outro, está a alternativa de uma economia puxada pelas exportações mas que reproduza e amplie mercados amplos porém, segmentados e excludentes, apontando para uma dualização ou heterogenização social cada vez mais rígida e estagnação da sociedade brasileira.

Esta temporalização só tem sentido, como já dissemos, por que no momento zero de nossas projeções afirma-se uma vontade política-econômica incontestada, avalisada pelo voto e assegurada, em princípio, pelos cinco anos de mandato do Presidente Collor. Essa vontade, por outro lado, afirmou-se de imediato na forma de um programa de estabilização e de um plano de modernização perfeitamente compatibilizados na utopia neoliberal do governo eleito.

Neste sentido, todas as decisões gerenciais e reformas institucionais foram anunciadas simultaneamente e poderiam ser tomadas, teoricamente, num só momento. Mas elas supõem em muitos casos uma seqüência obrigatória. Em outros, elas demorarão o tamanho da resistência que encontrem: da própria institucionalidade vigente e dos inúmeros interesses penalizados. Por fim, mesmo quando tomadas a um só tempo, variarã o período de sua tradução do plano das expectativas ao plano das decisões e ação dos agentes econômicos e do empresariado em particular.

A lógica interna da política econômica e dos seus conflitos impossibilitam a simultaneidade ainda quando não determinem com precisão os limites e as intersecções entre os vários processos e seus tempos. Neste sentido, se o nosso "tempo imediato" encerrou-se com a aprovação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional, isto não quer dizer que novas medidas não se façam ne-

cessárias e que estas não venham a impor relacionamento constante e tenso do Congresso com a política econômica. A prova decisiva de que o "curto prazo" foi vencido com a quebra da inflação só será feita na hora da liberação dos preços e do enfrentamento da questão salarial. Mas mesmo que este momento seja vencido com sucesso isto não quer dizer que não se mantenha ainda por muito tempo uma pressão inflacionária latente que deverá acompanhar toda a trajetória do projeto de modernização econômica liberal obrigando um controle constante da demanda e dos salários. Por outro lado, se as reformas não encontrassem resistências e pudessem ser feitas todas elas em um dia, o nosso "médio prazo" só estaria encerrado quando elas tivessem gerado confiança e expectativas estáveis.

Move-se, portanto, através destas várias etapas o tempo de uma dimensão que as articula e que será o verdadeiro responsável pela sua delimitação cronológica: o da passagem da recessão ao crescimento. Um tempo que tem a ver com estabilização de regras e expectativas; disponibilidade de recursos; perspectiva de lucratividade e decisão de investimento. Nesta direção, é difícil imaginar investimento estrangeiro sem a mais completa estabilização da nova institucionalidade econômica, com regras claras e constantes para o pagamento da dívida externa e para o funcionamento do câmbio, e com perspectivas promissoras nos mercados externos e internos. Por isto, mesmo que se altere positivamente para o Brasil, o atual quadro internacional, não são previsíveis investimentos estrangeiros antes de dois a três anos de maturação do projeto reformista. O mesmo devendo-se esperar do investimento privado nacional dissociado da exportação. Ainda mais quando a estratégia de combate à inflação passa por um choque de demanda que deve prolongar-se numa retração duradoura do consumo interno. Aliás, a própria atividade exportadora, submetida à dinâmica da economia internacional, estará condicionada à estabilização das regras para o câmbio e os salários.

Como vemos, a linha central da estratégia econômica atual enfrenta condições que repõem a todo momento, num primeiro plano, sua complicada dimensão política. Se o Governo pode produzir um choque de demanda recessivo, não dispõe de instrumentos,

nem de vontade — no contexto de um projeto liberal — para alavancar o crescimento. A atual fragilidade financeira do Estado e o seu ajuste fiscal, defendido como peça indispensável da estratégia anti-inflacionária, somam-se à natureza anti-estatista do projeto em curso para desativar qualquer esperança em torno a um pacote planejado de investimentos estratégicos por parte do Estado.

Mas assim mesmo, nada deverá ocorrer sem uma sinalização estatal. Só que esta sinalização neoliberal do Estado não cabe definir horizontes de acumulação. Cabe-lhe assegurar infraestrutura e condições sociais, mas sobretudo definir e manter constantes as regras monetário-financeiras e fiscais necessárias para que os capitais privados encontrem através dos mercados interno e externo os seus próprios horizontes de expansão. Isto é rigorosamente o oposto do padrão desenvolvimentista. Neste o Estado alavanca a economia, definindo espaços, investindo e manejando casuística e/ou autoritariamente as regras indispensáveis à consecução dos objetivos estratégicos da industrialização e ao atendimento imediato das pressões corporativas e cartoriais. A nova utopia conservadora propõe o contrário: desplanejamento com regras constantes. E isto coloca no epicentro do projeto transformador do Governo Collor o problema da promoção e consolidação de reformas que instiguem, através da confiança em sua permanência, a opção pelo risco do investimento dos capitais privados nacionais e estrangeiros. E aqui que situa-se o núcleo crítico de todo o projeto: conseguir redefinir e estabilizar, simultaneamente e por um tempo prolongado, as normas e a moeda. A entrada de capitais externos e a retomada do crescimento aparecem na sua equação como variáveis dependentes, obra de capitais privados confiantes nas regras institucionais e na orientação de mercado. No início, e por um longo tempo, uma orientação a ser fornecida pelo mercado externo.

Este problema da estabilização institucional nos reconduz ao tempo político dos conflitos sócio-econômicos e da competição eleitoral. Mas nossa possibilidade de analisar e prever este tempo aumenta quando situamos seus conflitos no espaço das contradições que se anunciam no encaminhamento dinâmico dos objetivos de estabilização da moeda e crescimento e de institucionalização das normas.

## V - A MATRIZ MACROECONÔMICA DOS CONFLITOS

Atenção, recordemos uma advertência conhecida. Nem as variáveis macroeconômicas encobrem atores ou agentes econômicos homogêneos, nem a dinâmica macroeconômica assenta-se em comportamentos orgânicos. Menos ainda em uma economia com baixo grau de monopolização e alta heterogeneidade; e sociedade com baixo grau de organização e alta desigualdade. Os agentes econômicos e os atores sociais e políticos têm quotas diferenciais de seus interesses afetados pelo comportamento das várias dimensões macroeconômicas e por isto, perdem e ganham alternada ou simultaneamente com os movimentos que, a partir das ações individuais e da competição grupal e empresarial, se refletem nos números sínteses que indicam as oscilações e desequilíbrios macroeconômicos.

Assim mesmo, não é impossível identificar grupos de interesse que, apesar da dispersão individual, vêem uma quota maior de seus membros e interesses encobertos — e portanto afetados — pelos valores macroeconômicos. Num exemplo simples, ainda quando afetados enquanto rentistas, pelas flutuações financeiras da poupança, os operários seguem investindo a maior quota de seu interesse no comportamento do emprego e do salário. O que talvez não aconteça com a mesma claridade, sobretudo depois da década dos oitenta, com os vários blocos de capital e segmentos do empresariado.

Esta desidentificação diminui a eficácia dos macroeconomistas, mas sobretudo, para nossos efeitos, impede — beneficentemente — deduções ou inferências políticas imediatamente extraídas das flutuações e disjuntivas macroeconômicas. Mas se estas disjuntivas e contradições não nos entregam atores nítidos, certamente nos recortam espaços de conflito decisivos, onde se afirmam as coalizões distributivas vitoriosas em cada momento da competição político-econômica.

A transformação liberal de um capitalismo que se industrializou com escassa participação do mercado de capitais e da Banca privada só terá alguma viabilidade com recursos externos abundantes e com atividade exportadora altamente competitiva. En

quanto que a estabilidade da moeda só será lograda com rigoroso equilíbrio fiscal e uma administração permanente da demanda através da contenção do gasto público, e do controle da expansão salarial que deverá ser inferior à inflação, durante o período do ajuste, e inferior ao crescimento da produtividade ainda quando haja retomada do crescimento.

A afluência de capitais externos, entretanto, é impensável sem o pagamento regular — ainda que negociado — da dívida externa, e sem uma liberação crescente do câmbio e das importações. Tampouco se pode esperar esta afluência sem moeda estável e perspectivas favoráveis de exportação, cuja lucratividade ainda, por longo tempo, se assentará no diferencial salário-câmbio.

Uma liberação de importações, entretanto, com reservas cambiais limitadas, só não acarretará um brutal desequilíbrio no balanço comercial se houver, uma vez mais, repressão do consumo e/ou definição rigorosa de uma política seletiva que hierarquize prioridades industriais. Sendo que, se a primeira condição reforça a estratégia anti-inflacionária e de estímulo às exportações, via contenção salarial, a segunda entra em choque frontal com o objetivo liberal da desregulação e da não intervenção ou planejamento estatal.

É desnecessário sublinhar, por outro lado, que se esta liberação de importações for feita em nome de uma maior competitividade dos produtos nacionais, ela só terá alguma eficácia no longuíssimo prazo, e passando por cima dos destroços de grande parte da estrutura produtiva nacional. No curto prazo, o mais provável é que com esta abertura os setores já oligopolizados e internacionalizados aumentem seus mercados pela via da concentração econômica mais do que das suas transformações tecnológicas. De qualquer maneira, se a liberação for irrestrita e imediata, não só não haverá nenhum aumento de competitividade interna como o governo enfrentará rapidamente um desequilíbrio nas contas externas que porá por terra o objetivo de estabilização da moeda.

Tudo nos faz prever, portanto, uma multiplicação de contradições no front externo, geradas pela própria ação da autoridade econômica, em cujo espaço se adensarão conflitos sociais e econômicos.

Neste percurso, como veremos mais adiante, a autoridade optou por um manejo fino, sinuoso, quase impossível, de seus instrumentos de política econômica, ou firma posições gerais, e enfrenta as trepidações dos desequilíbrios e conflitos apostando na continuidade, na constância, na firmeza da vontade política, por cima de todos os inconvenientes.

Esta firmeza, contudo, só pode exercitar-se no front interno, onde cada vez mais, a batalha anti-inflacionária se somará à luta contra os desequilíbrios externos. Sem entrada de capitais de risco ou especulativos que compensem eventuais desajustes na balança comercial, o governo deverá reforçar e estender seu choque inicial de demanda, baseado no enxugamento da liquidez via congelamento dos ativos financeiros. Com isto, essa estratégia inicial destinada a derrubar a hiperinflação deve prolongar-se, passando agora pela contenção do gasto público e pelo "curvamento" dos salários. O que transformará a recessão inicial em componente essencial de toda a estratégia reformista.

Apesar do paradoxo, a recessão tem — na concepção deste projeto — o efeito virtuoso de manter um estado permanente de sobreproução, única forma de conter os preços, na ausência de qualquer projeto global ou nacional do empresariado. O desemprego é um rígido instrumento de controle salarial pelo menos do setor público — e, sobretudo, quebra das pequenas empresas, comprime a demanda e prolonga a estabilidade dos preços. Mas as pressões inflacionárias não desaparecem e ressurgirão com a retomada da atividade produtiva. O que pereniza o choque de demanda e tem a consequência brutal de sustentar uma inflação baixa através de um desemprego constante, cujos efeitos na luta política analisaremos logo a frente.

Assim aconteceu em todas as experiências de ajuste econômico moldadas pelo paradigma neoliberal. Longe das fronteiras tecnológicas, a lenta expansão da produtividade não admitirá crescimentos salariais que pressionem os preços internos ou as importações. E isto com ou sem pactos sociais. Com pleno emprego e aumentos salariais ao nível da inflação, não há nem como tentar um ajuste macroeconômico do tipo liberal.

Neste sentido, seria contraditório esperar uma retomada do crescimento a partir do mercado interno. Qualquer reanimação

produtiva virã do setor externo, o qual depende, ainda, para sua lucratividade, dos salários baixos além do câmbio favorável. E isto porque um câmbio excessivamente favorável pressionará os preços enquanto que a contenção salarial que já é "virtuosa" do ponto de vista da estabilização também o é do ponto de vista da lucratividade externa.

Raia a obviedade prever que, se os instrumentos de sinalização do Estado ao Mercado, neste projeto liberal, incluem além de uma política monetária e fiscal extremamente restritiva, o uso estratégico da recessão e do desemprego — público e privado — como política implícita de contenção do consumo, equilíbrio do balanço comercial e aumento "súbito" da competitividade externa, o Estado sofrerã, como consequência, em todos os seus níveis, uma queda muito grande da receita o que lhe dificultará a proteção da mão-de-obra desocupada.

Em síntese, a compressão salarial aparece no encaminhamento da estratégia Collor como o ponto de convergência crescente entre todas as peças do quebra-cabeça neoliberal. Através de todos os desdobramentos contraditórios previsíveis desta política econômica, a única condição permanente para a realização dos vários objetivos é a "moderação salarial", custe o que custar, ainda que seja uma recessão ou uma alta taxa de desemprego que vem se mantendo em outros países que fizeram a mesma opção, por períodos que já superam uma década.

Estas disjuntivas e **trade offs** não nascem, necessariamente, de inconsistências de um plano tecnicamente mal concebido, ou logicamente incoerente. Excedem à competência técnica e à boa vontade de política. Nascem de iniciativas governamentais "perfeitamente lógicas" que produzem, também, o seu contrário, desvelando seu caráter arbitral e sua trajetória conflitiva, condensada em quatro espaços fundamentais:

- i - o da competição político partidária;
- ii - o das relações entre os vários poderes e instâncias do próprio Estado;
- iii - o das relações entre o capital, o governo e seus trabalhadores;
- e, finalmente,
- iv - o das relações entre o estado e o empresariado.

## VI - ALGUMAS PROJEÇÕES POLÍTICAS

Para efeito de nosso exercício de previsão, desconsideraremos, em princípio, a possibilidade de um desastre econômico imediato, na forma:

- i - de uma profunda e rápida "depressão", com destruição acelerada da capacidade produtiva;
- ii - e/ou de uma volta atrás, provocada por um rápido retorno à hiperinflação.

Caso isto acontecesse, já no primeiro round da estratégia reformista, sô poderíamos esperar consequências nefastas do ponto de vista da consolidação democrática. Sobretudo porque não cremos que o Brasil possa viver processo análogo aos do Perú e Argentina: o de uma sobrevida inercial da democracia que se dá à sombra da destruição das instituições econômicas mais elementares.

Trabalharemos aqui, mais bem, com a possibilidade de fracassos relativos ocorridos em vários momentos do avanço da estratégia governamental. Suporemos, portanto, que ela avance, todo o tempo, no fio da navalha, entre uma recessão extremamente prolongada e com custos sociais altos e uma recessão mais curta e com custos sociais e políticos mais baixos.

Se este avanço é possível, ele supõe, como já vimos, prolongada estabilidade da moeda e das normas. E tanto uma como a outra supõem constância política além, como é óbvio, de paz social. Mas, sabemos que numa sociedade como a brasileira, que carrega, além de sua crise presente, uma herança marcada pela heterogeneidade e imensas desigualdades sociais, fica quase impossível compatibilizar essas condições impostas pela estabilização liberal da economia. E todas elas, com a indispensável consolidação da institucionalidade democrática.

Sobretudo quando temos presente que se nossa "transição democrática" enfrentou dificuldades inesperadas devido à convivência com o colapso financeiro do Estado desenvolvimentista, o processo de consolidação democrática estará convivendo, em todo momento, com a possibilidade de um retorno da crise. Ou, no caso de sucesso econômico do projeto reformista, será coetânea de um verdadeiro processo de **state rebuilding**, o que coloca a dificuldade

de estarmos definindo as regras, os espaços, os instrumentos e os mecanismos de mediação de conflitos simultaneamente com a intensificação dos próprios conflitos, fortemente concentrados em torno dos problemas de incorporação/participação política e de distribuição de renda e de riqueza.

Neste sentido, faz parte da reforma estatal o que seria uma condição necessária ao seu bom encaminhamento - a construção de um novo sistema de representação de interesses. Sendo que esses interesses, devido à natureza da crise, ainda não encontram suas verdadeiras identidades e organizações, criando um forte desajuste entre partidos, coalizões ideológicas e blocos de interesse econômico. Desajuste que desvela o núcleo central de todas as dificuldades: o Estado e o sistema partidário aparecem nesta consolidação democrática como sujeitos e objetos da mesma transformação<sup>(3)</sup>, esteja ela passando pela política econômica ou pelo novo processo constituinte, pelas reformas anunciadas ou pelo calendário eleitoral já definido.

Se nosso diagnóstico está correto, o problema da superação da crise e da construção de um novo padrão de desenvolvimento, deve ocupar - com ou sem sucesso - toda a década de noventa. Enquanto os conflitos gerados pelo projeto liberal de estabilização e reforma devem ocupar o epicentro do cenário político durante todo o Governo Collor, ou seja, pelo menos durante a primeira metade da década, quando a sombra da crise seguirá projetando e estrangulando o tempo e a trajetória das instituições políticas.

Assim poderíamos dizer que o próprio calendário eleitoral, que define uma dimensão central dos acontecimentos políticos, pode chegar a ser afetado pelo avanço ou retrocesso do projeto reformista. Mas a recíproca também é verdadeira: as reformas neoliberais podem ser alteradas, diluídas ou postergadas em função dos resultados eleitorais. Imbricam-se assim os processos de estabilização das regras políticas e da institucionalidade democrática e o da estabilização econômica. Nossa hipótese é de que do ajuste e desajuste destas duas temporalidades, passando por seus problemas endógenos e suas interrelações conflitivas, nascerão implacáveis as tendências políticas que se projetam sobre os próximos anos.

Retomemos, então, o eixo central da argumentação. Apesar dos equívocos e a despeito de sua formatação pouco canônica, o programa econômico da estratégia reformista é rigorosamente liberal e ortodoxo. Não computou qualquer tipo de concertação social envolvendo as várias cadeias produtivas e os distintos interesses nelas envolvidos. E pretende restringir-se progressivamente ao manejo exclusivo da restrição fiscal e monetária e da estabilização das expectativas para conter a inflação e repor o crescimento. Advoga um choque que se prolongue num quadro de sobreprodução permanente e portanto supõe uma política de contenção da massa salarial sem pactação.

Diga-se o que se disser, portanto, a estabilização imediata da moeda depende ou de uma revolução cultural espontânea no comportamento do empresariado brasileiro, ou pura e simplesmente de uma recessão. Nem uma nem outra, contudo, produzirão resultados duradouros sem a estabilização das novas regras que resultam das reformas institucionais de que falamos anteriormente.

O curto prazo do programa reformista, como já vimos, tem seu momento decisivo na hora da liberação dos preços e da negociação das novas regras salariais. Seu principal conflito jogará o Governo e os Empresários contra os assalariados públicos e privados e terá seu teste político decisivo nas eleições parlamentares de outubro de 1990. Sendo que as reformas que constituem o coração de todo o projeto e condição *sine qua non* de uma nova expectativa empresarial serão impossíveis sem a colaboração do novo Congresso Nacional. E isto só ocorrerá se o Governo obtiver uma maioria parlamentar absoluta e estável, nas eleições de outubro. Maioria indispensável inclusive para administrar as contradições embutidas no projeto, cujas manifestações macroeconômicas estivemos comentando anteriormente.

Por mais que o Governo se defenda de eventuais insucessos no curto prazo, apontando para a necessidade das reformas, é difícil prever sua vitória eleitoral em caso de uma ressurgência inflacionária ou de uma recessão que acarrete desemprego imediato e massivo. Neste sentido até outubro, a autoridade econômica, impermeável a negociações que lhe parecem fragilizar, deverá viver momentos extremamente difíceis, tentando navegar sem uma informação

rigorosa, detalhada e permanente, no fio estreito que separará, a todo momento, a retomada da inflação de uma recessão profunda.

Em outros casos conhecidos, governos com estratégias neo liberais foram reeleitos apesar das altas taxas de emprego, mas com a inflação sob controle e com as novas regras econômicas em processo de estabilização. O que lhes garantia ademais a adesão empresarial e a confiança do capital internacional. O que é certo, entretanto, é que nenhum programa de transformações desta natureza avançou sem contar com o apoio incondicional da maioria absoluta do Parlamento, durante pelo menos duas legislaturas. Senão vejamos. Em caso de insucesso econômico e aumento das resistências sociais, o mais provável é que o Centro do nosso espectro político partidário, definindo pelo PSDB e por uma ampla parcela do PMDB para não falar de siglas menores, desloque-se para a esquerda nas eleições de outubro, puxado por sua militância e por sua liderança menos sintonizada com a "modernidade" neoliberal que tanto fascina, hoje, economistas de todas as matizes e partidos políticos.

A situação do Governo Collor, portanto, é original. Deve percorrer o período duro e socialmente custoso do choque antiinflacionário com uma maioria instável no Congresso. O que o fará lançar mão permanentemente do recurso das "medidas provisórias" que o devem indispor com o Congresso atual. Pode-se prever, portanto, que os conflitos sociais e políticos se adensarão na rota do projeto governamental, até o mês de outubro de 90. Frente a isso o governo deverá optar. Ou enfrenta a sua própria verdade e assume o ônus da recessão confiando em que uma inflação moderada lhe dará a vitória eleitoral, ou, temeroso dos efeitos políticos do desemprego, reestimula a atividade produtiva assistindo ao reaparecimento da inflação. O mais provável é que adote a tática do **stop and go**, tentando cobrir seu déficit político através de uma ágil utilização do mundo simbólico e da transferência de responsabilidade por qualquer insucesso à situação de minoria parlamentar.

Nossa hipótese é de que o governo buscará avançar apostando permanentemente no tempo futuro. A cada recaída, o anúncio de um novo salto. A cada descumprimento do salto, o condicionamento de sua possibilidade a uma vitória eleitoral retumbante.

No caso da retomada inflacionária, sua maior dor de cabeça virá pelo lado da política salarial. Se quiser curvar os salários com medidas provisórias sucessivas, em situação de retomada espasmódica das vendas senão do crescimento, enfrentar uma

reação sindical violenta e poderosa, porque avalizada pela diminuição do desemprego. Se optar pelo custo da recessão, deverá encontrar uma resistência sindical fragilizada, mas poderá ter dificuldades eleitorais, na medida em que existem alternativas partidárias para o mesmo projeto liberalizante.

Senão vejamos. Em caso de insucesso econômico e aumento das resistências sociais, o mais provável é que o Centro do nosso espectro político partidário, definindo pelo PSDB e por uma ampla parcela do PMDB para não falar de siglas menores, desloque-se para a esquerda nas eleições de outubro, puxado por sua militância e por sua liderança menos sintonizada com a "modernidade" neoliberal que tanto fascina, hoje, economistas de todas as matizes e partidos políticos.

Tendência que se verá reforçada pelo inevitável apelo presidencial dividindo o país entre os que estão contra ou a favor das suas reformas na medida em que são elas poderão levar ao sucesso a estabilização da economia.

Seja como for, este poderá ser o momento decisivo da década de noventa. Caso seja vitorioso, o governo contará durante dois anos e meio, com uma maioria parlamentar capaz de dar-lhe ganho de causa automático em todas as suas propostas reformistas, estabilizando as relações do Congresso com o Executivo e criando uma maior confiança empresarial na vitória inevitável do projeto de abertura da economia brasileira. Neste quadro, o governo poderá enfrentar com maior tranquilidade política o preço da recessão e do desemprego. A partir daí, eleições importantes, são em 93, na hora do Plebiscito.

O que definimos como "médio prazo" do projeto reformista teria assim o seu melhor horizonte de tempo. Encurtar-se-ia a sua duração, facilitando o enfrentamento das resistências empresariais, corporativas, regionais e sobretudo, sindicais.

Se em 93, as principais reformas já estiveram aprovadas e implementadas, as novas faces do Estado e da economia são serão revertidas com imensa dificuldade. O projeto neoliberal terá dado o seu grande passo rumo a um novo padrão de organização da economia e da sociedade e de suas relações com o Estado, mesmo que não tenha ainda produzido a retomada do crescimento. Esse como já vimos,

passará por investimentos internos e afluxos externos de capitais que são atendem a sinalizações extremamente estabilizadas e constantes.

Assim mesmo, um sucesso indiscutível no plano da contenção inflacionária ainda que a um preço alto em termos de desemprego, poderá, se somada à vitória das reformas, levar o Presidente da República a apoiar em 1993 a instauração do Parlamentarismo como forma superior de gestão de um Estado minimalizado, e como barreira a qualquer tentativa de retorno do Estado desenvolvimentista.

Se vitoriosas as reformas e o Parlamentarismo, pela mão presidencial, e como peça de sua estratégia neoliberal, o Congresso deverá também alterar os principais capítulos da Constituição aprovada em 1988, adequando-a à nova realidade, em particular seu capítulo sobre a Ordem Econômica e a Ordem Política que deverá se ajustar à opção parlamentarista. Mas sobretudo o Congresso deverá escolher o primeiro governo de tipo parlamentar o que se faria nesse caso sob o comando da maioria governamental, e portanto dentro da mesma linha estratégica até então vitoriosa. As eleições de 1994 mudariam de natureza.

A partir daí, a trajetória política do segundo quinquênio da década passaria a depender radicalmente do padrão de crescimento logrado. Sobretudo dependeria de seu grau de inclusividade. Porque, como já dissemos anteriormente, o mais provável numa projeção vitoriosa do neoliberalismo é um crescimento inicialmente lento, puxado pela competitividade externa e assentado em um crescimento da massa salarial por baixo do crescimento da produtividade, o que admite, quando não faz necessária, uma alta taxa estrutural de desemprego. Em todo o caso e em todo o momento é previsível uma tensão sindical constante, durante toda a década, mas quase inevitavelmente durante a sua primeira metade. Comentaremos isto mais adiante.

Se entretanto, no momento decisivo das eleições de outubro de 1990, o governo não obtiver maioria absoluta no Congresso Nacional, as perspectivas serão outras e bastante mais complicadas. Somar-se-á, neste caso, a um insucesso relativo no combate à inflação no curto prazo, impossibilidade de implementar rapi-

damente as reformas, estabilizar as expectativas e conter democraticamente os conflitos. Conflitos, aliás, que são se agudizarão, no plano econômico, empresarial e sindical, e no plano político, podendo afetar seriamente a velocidade e a própria possibilidade de consolidação de regras e instituições políticas democráticas. O trade off entre estabilização das expectativas econômicas e estabilização das instituições políticas deve alcançar, nesse caso, sua máxima intensidade, prejudicando qualquer previsão linear do que venha ocorrer a partir de 1991. Examinemos algumas alternativas:

i - Se o impacto da evolução do "curto prazo" do plano econômico não for nítido, ou simplesmente, se os resultados eleitorais não derem uma maioria clara a ninguém, enfrentaremos uma primeira alternativa em que as negociações entre o Executivo e o Legislativo ocuparão um papel decisivo. Se a diferença desfavorável ao governo for pequena, este provavelmente buscará cooptar parlamentares ou siglas isoladas e de presença exclusivamente regional. O preço clientelístico desta cooptação será tão maior quanto maior for a desvantagem governamental. Se for pequena pode não afetar seriamente a imagem "fundamentalista" do governo. Se for maior poderá promover um reloteamento estatal em troca dos apoios indispensáveis.

ii - Mas se a diferença desfavorável ao Governo for grande, então as coisas se alterarão radicalmente. Uma hipótese aponta para uma negociação com os partidos de Centro ou autodenominados social-democratas. Estas negociações, se bem sucedidas, podem alterar a base de sustentação do governo e a sua própria equipe econômica. Em particular, se os acordos envolverem o PSDB, implicando em uma atenuação do conteúdo liberal das reformas governamentais. A consolidação desta aliança ao centro, entretanto, produzirá deserções à direita e isto obrigará o Governo a uma sinuosidade que produzirá, no mínimo, uma dilatação do prazo das reformas e da estabilização dos novos parâmetros sinalizadores dos vários mercados.

iii - A hipótese mais complicada, entretanto, envolve uma minoria incontrolável pela parte do governo, sem que ela faça alterações profundas em sua rota neoliberal. Neste caso o Governo



não terá condições de realizar as reformas apregoadas e será obrigado a recuar de sua estratégia de estabilização, na medida em que não possa sustentar por longo tempo uma política com claras implicações recessivas devido à quase segura oposição do Congresso Nacional a uma política de arrocho salarial.

iv - Se o governo reagir de forma passiva frente a estas novas condições, não é improvável um fracasso rápido e contundente da política econômica, com uma acelerada desestabilização macroeconômica e em enorme pressão no sentido do apressamento do Plebiscito, como forma de antecipar a mudança do governo. Se esta mudança de sistema de governo, contudo, se der em situação de crise econômica e política aguda, ainda que seja com maioria da oposição, será um golpe de escassas repercussões positivas. Representará, no curto prazo, a constituição de um governo frágil, quando as dimensões da crise estarão requerendo capacidade de decisão e possibilidade de exercício incontestado do poder.

v - Se o governo entretanto não reagir de forma passiva à situação de minoria parlamentar, nem tampouco optar pela cooptação ou por novas alianças, se colocará uma forte tensão entre a estabilidade econômica e a estabilidade democrática. Dadas suas características, o mais provável é que o Presidente tente estabilizar as regras e as expectativas econômicas afirmando a constância de sua vontade política contra a inconstância do comportamento dos outros poderes do Estado. A minimalização da intervenção estatal deixa-lhe como grande recurso de poder, para lograr a estabilização das expectativas dos vários agentes econômicos, a afirmação de uma vontade irredutível e incombustível frente a todos os desafios.

Se isto ocorre, se anuncia um conflito de poderes — com o Legislativo e/ou o Judiciário — o qual somado a um crescimento da conflitividade social, animada pelo apoio partidário e parlamentar, pode degenerar num avanço dos comportamentos autoritários por parte do Executivo. Se este avanço pode ser contido pelo Parlamento, não restará ao Presidente — assumida esta rota — senão uma tentativa de aliança com os militares. Desenhar-se-ia, então, a possibilidade de um "fascismo de mercado" como já se chamou um dia a opção neoliberal da ditadura chilena do General Pinochet.

No momento, entretanto, não há sinais de que os militares possam aderir a esta opção. Mas nada nos pode assegurar que uma evolução desfavorável do quadro econômico somada a um aumento da conflitividade social e a um bloqueio parlamentar da ação governamental não possa repor os militares no epicentro da luta política. Apenas que, neste caso, nossos militares, se se associarem ao projeto Collor, deverão abrir mão de suas antigas veleidades intervencionistas e/ou estatizantes. Se não for assim, uma tentativa de retorno militar ao projeto desenvolvimentista terá um custo altíssimo porque contará com a oposição conjugada dos empresários e dos sindicatos.

vi - Um avanço autoritário do Executivo que não encontre respaldo dos militares precipitará, inevitavelmente, o Plebiscito. Mas caso ganhe o Parlamentarismo, o que teremos será um novo governo de transição até novembro de 1994. E neste caso, os resultados de 1994 também dependerão do sucesso econômico do governo de transição reproduzindo-se um novo ciclo de incerteza e crise.

vii - Para quem vê na história das experiências fracassadas uma pedagogia eficiente, talvez reste a hipótese otimista de que no limite frustrado de todas as experiências político-econômicas se imponha naquele momento a alternativa de um grande pacto nacional ou social.

Seja como for, a trajetória política da segunda metade da década estará completamente condicionada pelo equacionamento dos conflitos que se multiplicarão entre 1991 e 1993.

Em todo este percurso, e através dos vários tempos econômicos e eleitorais, o governo manterá relações extraparlamentares extremamente difíceis, de onde nascerão alguns conflitos localizados que terão decisiva importância para a trajetória da década.

Assim com as relações extraparlamentares do governo com os empresários, os trabalhadores e a chamada "opinião pública":

i - Pelo lado da "oferta", o governo necessita que os empresários invistam. Mas a menos de uma inesperável revolução cultural no comportamento empresarial, o seu lucro se manterá em perfeita compatibilidade com a recessão. Este comportamento dificilmente será alterado com o uso do "chicote" ou das ameaças e

retaliações. São um desmantelamento radical do Estado, via cortes profundos dos gastos, do funcionalismo, e a venda das estatais, poderão alterar a atitude empresarial. Nada ocorrerá antes disso, e isto, como já vimos, depende de uma maioria governamental no Congresso.

Enquanto isto não acontecer, o mais provável será um comportamento defensivo, quando não especulativo, por parte do empresariado nacional. E, portanto, um choque constante com uma autoridade econômica que pretenda coagir o empresariado ao investimento. Esta linha repressiva multiplicará ao infinito, mas sem sucesso, os instrumentos e regras que tentarão "cercar" o capital, ou cercear os seus impulsos defensivos e especulativos. Sem uma política radicalmente desestatizante e algum tipo de aproximação negociada com o empresariado, que acabará passando por uma política salarial restritiva, o projeto Collor somará resistências empresariais que poderão inviabilizá-lo completamente, do ponto de vista econômico, pela prolongação e aprofundamento da recessão; e, do ponto de vista político, por uma dessolidarização que transferirá apoios políticos para outra alternativa partidária, situada certamente no centro do espectro político e com provável liderança política.

Os créditos e investimentos externos, por outro lado, não afluirão jamais sem pagamento da dívida externa, estabilidade continuada das regras e abertura de mercados. Tudo isto apontando para seguras resistências dos setores empresariais nacionais que viram, até hoje, com razão ou sem razão estratégia, sustentados por várias formas de proteção estatal.

Em síntese, pode-se prever uma relação tensa entre o governo e empresariado durante os próximos anos. E sem que o empresariado aceite consensualmente uma diminuição de suas margens de lucro e uma retomada dos investimentos em um novo patamar de consumo, prolongar-se-á a recessão.

ii - Pelo lado da "demanda", o governo quer que os consumidores não gastem. O que o obriga à auto-contenção.

Mas a impossibilidade de discriminar os vários e desiguais segmentos do consumo privado o obriga a uma política de rendas que acabará sendo apenas uma política de restrição salarial.

Já vimos como o desemprego cumpre esta função econômica junto com a função política paralela de fragilizar os sindicatos. Mas o desemprego deverá vir acompanhado de novas restrições a qualquer "posição" salarial. Política que, liberando a negociação no setor privado deverá produzir uma reconcentração da renda, em prejuízo dos salários do setor público e do setor privado menos dinâmico. Sem que seja necessário falar dos seus efeitos sobre o setor informal ou diretamente marginal.

O problema mais sério, entretanto, é que esta estratégia se faz sobre uma sociedade que já apresenta níveis insuportáveis de desigualdades sociais e com um sistema extremamente ineficiente de proteção aos desfavorecidos. Neste sentido, ao contrário de outras experiências neoliberais de estabilização, no caso brasileiro esta política salarial terá efeitos exponencialmente mais dramáticos. Se os sindicatos fragilizados pelo desemprego perderem capacidade de reação, o mais provável é que se multipliquem as formas inorgânicas de conflito social, criando-se um caldo de cultura extremamente desfavorável à estabilização das expectativas econômicas, e ainda mais, à estabilização das instituições democráticas.

Em síntese, pode-se prever uma relação tensíssima entre o governo e os assalariados. Em particular com os do setor público. Mas em geral, deve-se esperar um enfrentamento muito duro com os trabalhadores. E por muito tempo.

iii - É pouco provável que o governo possa ganhar eleições num quadro de desordem social aguda, a menos que tenha o apoio de uma opinião pública favorável e dessolidarizada dos assalariados. Mas para que isto ocorra o governo deverá contar com a lealdade dos setores médios da população. Mas se este favorecimento seletivo dos setores médios da população já tem precedentes em nossa história, hoje não parece fácil compatibilizá-lo com um combate eficiente da inflação. E o enfrentamento geral com todos os segmentos do consumo privado certamente levaria o governo a uma derrota inapelável.

Aqui situa-se um foco de tensão extremamente "nervoso", o das relações diretas e miméticas do Presidente com a opinião pública. Como principal instrumento do poder presidencial ele proje

ta sobre o futuro uma sombra de instabilidade. Sem mediação orgânica, a opinião submetida exclusivamente aos meios de comunicação de massa é conhecidamente errática. Se apoia o Presidente um dia, como o fez massivamente com o Presidente Sarney, pode abandoná-lo logo em seguida, o que colocará a figura presidencial — mais além de suas peripécias teatrais — em muitos momentos, frente a opções dramáticas. Sobretudo quando seu plano econômico o obrigar a decisões antipáticas ou impopulares.

Se seguir invariavelmente a lógica da opinião pública será obrigado a um comportamento errático, insustentável do ponto de vista das expectativas econômicas e catastrófico do ponto de vista político. No limite, poderá levar o país ao caos. Se se opuser às exigências da opinião pública poderá arcar com uma derrota eleitoral imediata e a perda de sua principal base de sustentação. No limite, poderá levar o país ao autoritarismo. Se tentar conduzir a opinião pública segundo seus objetivos, deverá optar por algum tipo de mediação orgânica, ou então terá que encontrar um inimigo externo mobilizador da raiva coletiva. Este inimigo poderá ser o próprio trabalhador assalariado público ou privado, o que no limite poderá conduzir-nos a uma experiência fascistoide.

Reforça-se por isso nossa idéia de que até outubro o governo seja obrigado a pactuar com algum tipo de crescimento inflacionário para evitar um desemprego que lhe seria fatal eleitoralmente. Mas se este malabarismo funcionar durante os próximos cinco meses, deverá ser abandonado depois de outubro. Sobretudo se o governo for o vitorioso.

Mas há um outro caminho a considerar. Fragilizado e na defensiva, o movimento sindical que não desbordar para outras formas de conflito e enfrentamento deve marchar para uma posição cada vez mais sensível a qualquer possibilidade de pactuação social. Assim foi o caso da Espanha. E neste sentido, afastada uma alternativa diretamente autoritária, não é impossível que o governo Collor dê lugar a uma alternativa parlamentar ou mesmo presidencial, que, incorporando os efeitos "benéficos" da terra arrasada, se apresente como paladina de um crescimento pactado. Neste caso, ainda quando o crescimento se atrase, uma pactuação feita sobre uma taxa alta de desemprego poderá reanimar os investimentos.

De toda maneira, a previsão mais certa é a de que o conflito distributivo, na forma convergente da luta por salários e emprego, assumirá papel proeminente na luta político-partidária e parlamentar. Se isto ocorrer, pela primeira vez em nossa vida política, convergência entre o conflito distributivo e o conflito político assumirá um papel central na clivagem partidária.

Como consequência, o Plano Collor deve produzir nas sucessivas eleições, não apenas uma polarização eleitoral mas esta polarização se somará à politização do conflito distributivo, criando um quadro extremamente difícil para a sucessão presidencial em 1994. Se reporta a disjuntiva de 1989, uma disjuntiva que assustou profundamente todas as elites e a classe brasileira. Nossos conservadores não gostariam de reenfrantar um quadro análogo e em pior situação eleitoral —, a alternativa liberal já teria sido provada. Mas lenha, portanto, numa direção autoritária, ou no empenho pelo parlamentarismo como forma de evitar esta polarização explosiva.

Em síntese, na resultante destes vários conflitos é também possível prever uma forte convergência de fatores favoráveis à mudança do sistema de governo.

Devido à complexidade dos conflitos antecipáveis para a primeira metade da década, qualquer previsão política sobre a segunda parte dos anos noventa fica prejudicada. Não há espaço para projeções lineares. No "tempo longo" do projeto liberalizante, entretanto, se todas as etapas anteriores forem vencidas exitosamente, o problema central estará posto pela natureza mais ou menos inclusiva do novo ciclo de crescimento. Seguindo a hipótese que vimos desenvolvendo, este crescimento será moderado e conviverá ainda longo tempo com altas taxas de desemprego e com a ameaça constante de retorno dos desequilíbrios macroeconômicos. Não vemos nesta década espaço para consecução de uma economia de consumo de massas.

Se todas as etapas anteriores forem vencidas exitosamente e no menor tempo possível, é provável que o "longo prazo" da retomada do crescimento, ainda quando essa venha a ser excludente, seja comandada politicamente por um governo liberal ou de centro direita. Algum tipo de Partido ou confederação "da ordem", que de

ve se consolidar, durante a primeira metade da década. Se, contudo, a velocidade for lenta, o mais provável será uma condução "social-democrata", vitoriosa em nome da reversão dos custos sociais produzidos pelo projeto liberal.

Nessas duas alternativas de sucesso da "transição liberal" é quase certa a transição para um governo parlamentarista com a consolidação de uma democracia liberal fortemente pressionada por conflitos sociais centrados na ampliação da cidadania e da inclusão do modelo. Um sindicalismo combativo ou mesmo de conflito, mas integrado plenamente às regras e ao projeto de um capitalismo competitivo. Neste sentido um sindicalismo belicoso, porém de "resultados".

Mas se as etapas anteriores não forem vencidas ou seus objetivos forem completamente alterados, as perspectivas serão outras. A trajetória institucional dependerá, como já dissemos, da resultante dos conflitos que se adensarão entre 1990 e 1993. A eventual derrota do projeto neoliberal transferirá para dentro do espaço político e ideológico "social-democrata" a responsabilidade de um projeto alternativo de transformação da sociedade brasileira.

## VII - OS PROJETOS ALTERNATIVOS

No plano das idéias ou das estratégias alternativas ao neoliberalismo, embaralham-se, no momento, vários e confusos projetos. Quase toda a oposição e parte do próprio governo se autoproclamam social-democratas, o que recobre essa proposta de enorme opacidade. Mas se descartarmos os que se incluem no projeto apenas por suas "preocupações sociais", diríamos que o espaço ideológico social-democrata brasileiro se decanta, hoje, em torno a três eixos básicos. Os três compartilham uma posição crítica frente ao "modelo de crescimento" que vigorou nas últimas décadas. Mas divergem amplamente sobre os caminhos do futuro.

Uma primeira vertente se articula em torno ao que alguém chamou da necessidade de um "choque capitalista" na economia brasileira. Um conjunto de idéias que não divergem essencialmente dos objetivos últimos do projeto Collor. Coincidem com sua proposta de estabilização e de abertura da economia, e de

fendem um papel idêntico para o Estado e o Mercado. Divergem do encaminhamento autoritário-tecnocrático de Collor e propugnam um grande pacto social que diminua o efeito recessivo e o custo social da política de ajuste macroeconômico e transformação estrutural. Neste sentido identificam-se mais com a estratégia neoliberal espanhola do que com a da Sra. Thatcher. Se esta vertente encontrar respaldo político-eleitoral, será a grande candidata à sucessão corretiva de um projeto Collor relativamente mal sucedido.

Uma segunda vertente, mais nítida em sua retórica crítica do que propositiva, articula-se em torno à idéia-força do que alguém caracterizou como a causa central da crise brasileira: "as perdas internacionais". Não há consenso dentro desta vertente sobre uma política de estabilização econômica, apesar de seus representantes mais expressivos propugnarem algo análogo à política em curso do Presidente Collor. Ela, entretanto, adquire maior nitidez ao propor uma política de enfrentamento no plano externo, com uma renegociação dura da dívida, o que certamente afastaria os capitais internacionais e obrigaria uma retomada do projeto de desenvolvimento semi-autárquico. Tal linha exigiria o endurecimento do padrão desenvolvimentista seguido pelo Brasil até os anos oitenta, com uma proteção mais ativa da pequena e média empresa voltadas para o mercado interno. Sem o apoio empresarial, este projeto certamente desembocaria num aumento do papel do Estado. Não há nitidez sobre a forma em que se financiaria esta ação estatal, nem tampouco de como se contornaria a dificuldade econômica e política de um projeto capitalista sem adesão empresarial.

Uma terceira vertente, se constrói em torno à idéia que alguns chamariam de "capitalismo organizado". Um projeto cujo desenho, ainda menos nítido que o dos outros dois, ora aponta para as idéias cepalinas ora para a trajetória bem sucedida dos desenvolvimentos asiáticos, em particular, os da Coreia e do Japão. Supõe, ao contrário dos neoliberais, um Estado forte e estruturante que submeta a política de crédito e incentivos a uma estratégia de produção concebida em conjunto com os grandes grupos empresariais. Um Estado, entretanto, que aceite a diminuição de seu papel produtivo, em troca de uma ação concertada e permanente sobre o merca-

do, com vistas a objetivos estratégicos que incluem além do crescimento, o emprego e a proteção social da população. Este projeto, provavelmente, não dissentiria da política imediata de estabilização do governo Collor nem da necessidade de abertura controlada da economia brasileira. Mas submeteria ambas a seu desenho estratégico de longo prazo, o qual, longe do padrão desenvolvimentista anterior, supõe uma adesão ativa e competitiva do empresariado.

Estas idéias terão papel decisivo nos conflitos e negociações que se anunciam na sociedade e no parlamento durante os próximos anos. Mas são enfrentarão o desafio cabal da experimentação histórica se conseguirem fazer-se governo, o que passará pela organização partidária do social-democrata, pela sua força eleitoral e, evidentemente, pelo grau de sucesso do experimento neoliberal do Presidente Collor.

Do ponto de vista partidário, o mais provável no transcurso da década é a decantação destas idéias em torno a duas siglas, que no momento se assemelham mais ao Partido dos Trabalhadores e a uma recomposição do velho MDB em torno à liderança do que hoje se chama de PSDB. O PDT, que deve desaparecer com a inevitável perda de sua liderança carismática, terá, entretanto, um peso decisivo no imbroglío dos anos 1990/1993. Neste tempo que cobre o período crucial do governo Collor, a provável polarização entre a liderança do ex-governador Brizola e a do Presidente deve se projetar sobre os demais Partidos, obrigando um falso embate entre estatismo autarquizante e neoliberalismo de mercado, o que encobrirá interesses extremamente heterogêneos, ao nível da sociedade e da economia, situados em ambos os lados da polarização. Com isto, não é improvável que nas negociações que se darão em torno às reformas institucionais propostas pelo Presidente Collor, o espaço social-democrata seja hegemonizado por um "estatismo nacionalista" suficientemente vago para acobertar todas as posições antiliberais, do cartorialismo empresarial ao sindicalismo de conflito.

Mas no médio prazo, se as reformas neoliberais avançarem, e/ou se impuser o sistema de governo parlamentarista, a sigla petetista deve perder influência e a social-democracia de cunho neoliberal deverá impor sua hegemonia no espaço político de centro-

esquerda. Forçado à oposição, no curto prazo, o PSDB deverá ser hegemonizado pelo seu grupo mais estatista. Um governo seu, entretanto, dificilmente deixará de ser comandado pela ala partidária de uma social-democracia neoliberal, ou no limite, de uma "economia social de mercado". Nesta segunda eventualidade, o Partido dos Trabalhadores ocupará, muito provavelmente, o espaço da luta sindical, cumprindo **malgré soi même** o papel de base sindical e ala esquerdista da social-democracia. Uma ala ligada à luta pelo emprego, salário e proteção social, e pelo avanço da cidadania, mais do que por uma estratégia alternativa de condução do capitalismo brasileiro.

Em nosso entender, a vertente ideológica partidária de um "capitalismo organizado" deverá adornar o discurso estatista que se oporá nas negociações parlamentares ao ataque neoliberal ao Estado. Não acreditamos em sua viabilidade histórica, no Brasil. Por falta de enganche partidário, mas sobretudo pela completa oposição empresarial.

#### VIII - NOTA FINAL

Todos os caminhos, como vimos, reconduzem às eleições críticas de outubro de 1990 e às lutas parlamentares que se estenderão até 1993.

Nesse período a situação mais provável de uma maioria governamental instável no parlamento abrirá portas a um jogo complicado de negociações que alterarão a rota inicial do projeto Collor. Na pior das hipóteses, com o retorno ao padrão desenvolvimentista anterior só que sem apoio externo, o que significa o "círculo quadrado". E, numa hipótese mais provável, com o avanço em direção à nossa "especificidade": a construção através de avanços e recuos, surtos de crescimento e inflação seguidos de recessão, aberturas limitadas combinadas à proteção arbitrária ao acaso, planejamentos setoriais feitos com ideologia de mercado, etc. Um caminho que não nos levará jamais nem a um modelo liberal, nem a um modelo orgânico. Mas que estará sempre desafiando a nossa insuficiência intelectual e ridicularizando a ingenuidade dos ideólogos.

## NOTAS

- (1) FIORI, J.L. - Conjuntura e Ciclo. Tese de Doutorado apresentada à FFLCH da USP, publicada pelo IEI/UFRJ, 1984.
- (2) Idem. Instabilidade e Crise do Estado na Industrialização Brasileira. Tese de Professor Titular, IEI/UFRJ, 1988.
- (3) Idem. "Ainda a Transição Democrática: e Agora Fernando?" Caderno de Conjuntura nº 1 - IEI/UFRJ, 1990, pg. 18.

## PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1990

## TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
228. AZEREDO, Beatriz. <u>Da Previdência à Seguridade Social: Os Perigos da Transição</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 228).	29
229. FERRAZ, João Carlos; CAMPOS, Nauro; YOUNG, Carlos Eduar do F. <u>Trajétórias de Crescimento e a Modernização da Indústria Brasileira: Um Cenário para a Década de 90</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 229).	67
230. VIANNA, Maria Lúcia Werneck; OLIVEIRA, Isabel A. Ribeiro de. <u>Considerações Preliminares Sobre a Questão do Parlamentarismo no Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 230).	33
231. MAGALHÃES, Maria Alice E. de. <u>Notas Preliminares Sobre a Crise do Sistema de Proteção Social na Itália</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 231).	29
232. FIORI, José Luís. <u>Leitura Política de uma Industrialização Tardia</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão 232).	31
233. ARAÚJO JR. José Tavares de. <u>A Política Comercial Brasileira e a Integração Latinoamericana</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 233).	32
234. FIORI, José Luis. <u>Para repensar o papel do estado sem ser um neo-liberal</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 234).	25
235. HAUERHAUER, Lia. <u>Estrutura Industrial e Distribuição de Renda</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 235).	40
236. BURLAMAQUI, Leonardo. <u>Notas neo-schumpeteriana</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 236).	29
237. TORRES FILHO, Emani Teixeira. <u>O novo ciclo do investimento direto japonês e o Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 237).	19

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1990

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
238. BASTOS TIGRE, Paulo. <u>Indústria brasileira de equipamentos de automação industrial: implicações para competitividade internacional.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 238).	13
239. BURLAMAQUI, Leonardo. <u>De te fabula narratur? Capitalismo organizado no Japão.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 239).	32
240. FIORI, José Luis. <u>Cenários políticos brasileiros para a década de noventa.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 240).	38